

## Combater a desigualdade na África Subariana pode gerar enormes benefícios para o crescimento

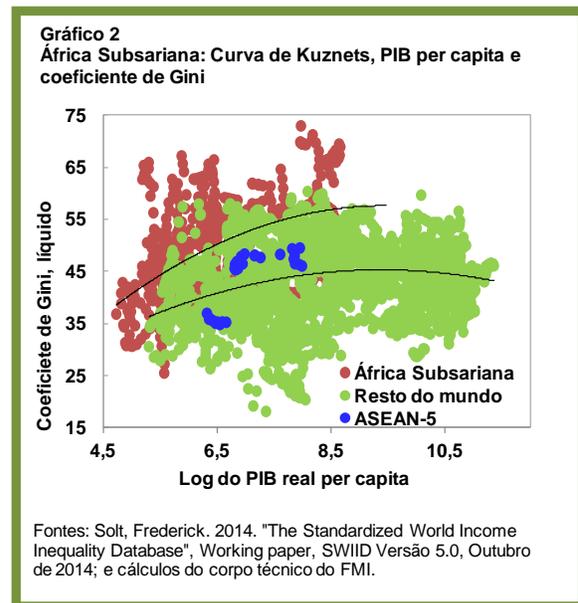
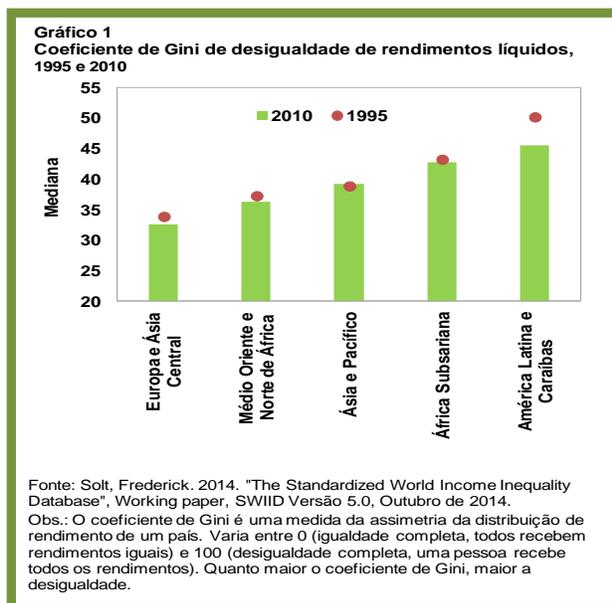


[Antoinette Sayeh](#)

16 de novembro de 2015

O aumento da desigualdade é um problema moral e económico que tem implicações para a saúde geral da economia mundial, com impacto na prosperidade e no crescimento.

Assim, não é de surpreender que reduzir a desigualdade seja um elemento integrante das [Metas de Desenvolvimento Sustentável](#) adotadas pelos líderes mundiais na cimeira das Nações Unidas em setembro. Eu e meus colegas muitas vezes debatemos qual é a posição da África Subariana relativamente a esses objetivos. Infelizmente, a região ainda é uma das mais desiguais do mundo, comparável à América Latina (Gráfico 1). De facto, a desigualdade parece marcadamente mais alta na região do que em qualquer outro lugar, em todos os níveis de rendimento (Gráfico 2).



Embora nos últimos 15 anos o crescimento elevado na África Subariana tenha impulsionado os rendimentos per capita, é dececionante ver que a desigualdade de rendimento dentro dos países não apresentou a mesma evolução, tendo-se mantido basicamente estável. E a desigualdade de género declinou a um ritmo mais lento do que noutras regiões.

## Reduzir a desigualdade aumenta o crescimento

Meus colegas do Departamento de África do FMI procuraram lançar alguma luz sobre esse assunto na mais recente edição do nosso [relatório sobre as perspetivas económicas regionais](#).

Temos todas as nossas opiniões pessoais sobre porque a desigualdade é um problema, mas estávamos particularmente interessados em ver se níveis elevados de desigualdade seriam prejudiciais para a prosperidade económica na região, com base no [trabalho anterior](#) relativo a economias mais avançadas.

Constatamos que a desigualdade de facto tem efeitos negativos no crescimento da região. Mais especificamente, nossos estudos revelaram que o crescimento do PIB real per capita dos países subsarianos poderia ser cerca de um ponto percentual superior caso as desigualdades — de rendimento e de género — fossem reduzidas para os níveis observados nas economias de rápido crescimento do Sudeste Asiático, como Filipinas, Indonésia, Malásia, Tailândia e Vietname. Isso equivale a até a **metade** do diferencial de crescimento entre esses países e a África Subsariana.

É claro que isto não se aplica uniformemente a todos os 45 países da África Subsariana:

- Nos países frágeis e de baixo rendimento, como o Níger e o Mali, o maior entrave ao crescimento decorre dos défices de infraestruturas e de capital humano e, em menor medida, da desigualdade de género prevaiente. Por conseguinte, deve-se continuar a priorizar a abordagem dos défices de infraestruturas e de capital humano para elevar o crescimento.
- Nos países de médio rendimento, como a África do Sul, em contrapartida, o crescimento beneficiaria da aplicação de políticas diretamente viradas para a redução da desigualdade. Nesses países, os dividendos em termos de crescimento resultantes da redução das desigualdades de rendimento e de género para os níveis verificados nos países asiáticos parecem mais elevados do que aqueles resultantes da eliminação do défice de infraestruturas.
- Para os exportadores de petróleo, como Angola e Camarões, as restrições jurídicas à participação das mulheres nas atividades económicas se juntam ao défice de infraestruturas como os principais fatores a explicar o diferencial de crescimento em relação aos países asiáticos.

Numa altura em que as perspetivas de crescimento da região estão a se tornar mais incertas, tais constatações mostram o quanto é fundamental que os governos definam prioridades em matéria de políticas, centrando-se nas medidas mais tendentes a destravar o potencial de crescimento e diminuir a desigualdade. Creio que há três vias principais a seguir:

**Primeiro**, as ações de política fiscal têm uma função importante a desempenhar. Muitos regimes fiscais da região dependem de isenções e taxas reduzidas para produtos básicos, o que enfraquece a arrecadação potencial do imposto sobre o valor acrescentado, enquanto a grande

maioria da receita perdida reverte em benefício das camadas mais abastadas. Embora os pobres gastem uma porção maior dos seus rendimentos nos produtos básicos, os ricos provavelmente gastam mais em termos absolutos. É por isso que o FMI defende a eliminação gradual das isenções do IVA, em paralelo à transformação da política de despesas numa ferramenta mais precisa para abordar as desigualdades. Abolir os subsídios aos combustíveis, que beneficiam sobretudo as famílias de rendimento médio e alto, e substituí-los por mecanismos de transferências focados nas famílias pobres, contribuiria enormemente para a redução da desigualdade.

**Segundo**, o acesso alargado aos serviços financeiros pode também ajudar a fazer face às desigualdades. Por exemplo, criar centrais de registo de crédito pode incentivar os bancos a conceder crédito a novos clientes, uma vez que a informação sobre esses clientes em potencial estaria prontamente disponível. No entanto, alguns países africanos, em especial o Quênia, onde quase 60% da população adulta tem acesso ao dinheiro móvel, demonstraram como o uso da banca móvel pode estender o acesso aos serviços financeiros até às regiões remotas.

**Terceiro**, abolir as restrições legais impostas às mulheres produziria resultados rápidos para os países que precisam de reforçar o crescimento. Por exemplo, oito países da África Subsariana ainda mantêm dez ou mais restrições dessa natureza, como a exigência de consentimento dos maridos para que as mulheres possam abrir uma conta bancária ou começar um novo emprego. Eliminar essas restrições onde elas ainda existem é uma das maneiras mais fáceis de apoiar o crescimento, sobretudo numa altura em que muitos países estão a sofrer as consequências da descida dos preços das matérias-primas. Basta ver a experiência de países como a Namíbia, em que a eliminação de restrições resultou num aumento da participação na força de trabalho e, por conseguinte, no crescimento mais vigoroso.

O crescimento mais inclusivo e mais bem distribuído tem também implicações para a sustentabilidade. O historial de crescimento da África Subsariana na última década foi impressionante, mas não se pode dizer o mesmo sobre os avanços em matéria de inclusão. Creio que nosso trabalho mostra como os países podem inverter essa tendência: Com o crescimento a abrandar na região, agora, mais do que nunca, é o momento de realizar mais progressos no combate à desigualdade.

\*\*\*\*\*

**Antoinette Monsio Sayeh** é Diretora do Departamento de África do FMI. Foi Ministra das Finanças da Libéria e, antes disso trabalhou no Banco Mundial por 17 anos. Antes de ingressar no Banco, ocupou cargos consultivos na área económica dos ministérios das Finanças e da Planificação da Libéria.